Revista Brasileira
de Estudos CTS

Vol.1 • Nº.3 • 2026
e-ISSN 3086-1128
revistabrasileiradeestudoscts.com
© Autor(es) 2026
https://doi.org/10.67937/30861128.2026.54

Artigo

Médicos negacionistas profissionais: autonomia, tomada de decisão e cuidado na prescrição da Hidroxicloroquina em tempos de pandemia

Jaqueline Ferreira[1]

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro
jaquetf@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7662-1773

Resumo

O negacionismo científico foi o corolário das proporções nefastas da pandemia de Covid-19 no Brasil. Ele foi amplamente assumido pelo governo federal do período, expressando-se, dentre outros, na prescrição de medicamentos controversos, como a hidroxicloroquina. Nesse cenário, alguns médicos protagonizaram a defesa desse medicamento instrumentalizando a legitimação de uma retórica pseudocientífica danosa à saúde pública através da autoridade médica. Diante desse contexto, foi instaurada pelo senado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e responsabilizar os envolvidos nessas omissões. Esse estudo analisa quatro médicos nos depoimentos na CPI e suas falas divulgadas na mídia defendendo a hidroxicloroquina. O objetivo foi buscar como médicos alinhados ao governo Bolsonaro promoveram a defesa da hidroxicloroquina, relacionando discursos políticos e da autoridade médica para sustentar seus discursos negacionistas. O argumento usado foi sobre a autonomia médica para a tomada de decisão no tratamento da Covid-19. A autonomia médica, prerrogativa cara à medicina e sua categoria profissional, foi integrada no discurso da extrema-direita na perspectiva da liberdade individual. O estudo conclui que não é possível compreender o negacionismo científico alienado do processo político.

Palavras-chave: Covid-19, negacionismo científico, hidroxicloroquina, autonomia profissional, médicos.

Denialist physicians : autonomy, decision-making, and care in Hydroxychloroquine prescribing during the Covid-19 Pandemic

Abstract

Scientific denialism was one of the consequences of the Covid-19 pandemic in Brazil. It was widely embraced by the federal government at the time, expressing itself, among other things, in the prescription of controversial drugs such as hydroxychloroquine. In this scenario, some physiciansadvocated for the use of of this drug, using their medical authority to legitimize pseudoscientific rhetoric harmful to public health . In response, the Senate established a Parliamentary Commission of Inquiry (CPI) to investigate and hold those involved in these omissions accountable. This study analyzes the testimonies four physiciansbeforte the CPI, and their public statements defending hydroxychloroquine. This article examines how doctors aligned with the Bolsonaro administration promoted the use of hydroxychloroquine by linking political rhetoric with medical authority to support their denialist arguments. The argument they used centered on medical autonomy in decision-making regarding the treatment of COVID-19. Medical autonomy, a prerogative cherished by the medical profession, was incorporated into the far-right's discourse from the perspective of individual freedom. The study concludes that it is not possible to understand scientific denialism in isolation from the political process.

Keywords: COVID-19, scientific denialism, hydroxychloroquine, professional autonomy, physicians.

1. Introdução

O termo negacionismo científico implica o caráter deliberado, intencional e articulado para produzir e disseminar falsas controvérsias científicas, contrariando as evidências e alegações consensualmente já reconhecidas. São movidos por interesses políticos, ideológicos e/ou econômicos para gerar dúvida, desconfiança e medo e assim provocar reações contrárias às políticas de bem-estar social ou direcionando-as em conformidade aos seus interesses (Oreskes; Conway, 2010).

São fortalecidos pelos fenômenos da desinformação e *fake news,* infodemia que se intensificaram pela amplitude das redes sociais. Eles são organizados e financiados por grupos políticos/ideológicos conservadores, autoritários, reacionários e antidemocráticos, alimentados pela oposição ao intelectualismo para desqualificar a ciência e os cientistas, imputando a estes interesses políticos e ideológicos por meio de teorias conspiratórias (Kropf, 2022). Assim, o negacionismo científico não é uma forma de questionamento que integra a dinâmica histórica da ciência (Kuhn, 2017) ou da sua possibilidade de falseabilidade (Popper, 2018), consideradas fundamentais para o processo de validação do conhecimento científico, mas sim por provocar polêmicas de forma deliberada. Há uma extensa bibliografia da Antropologia da Ciência e dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade que discute, em diferentes circunstâncias, como a ciência é um construto influenciado por contextos sociais, políticos, econômicos e não neutros, por exemplo: Latour (2012), Fonseca, Rohden e Machado (2012), Fonseca et al (2016). Esse estudo compactua com essa perspectiva.

O objetivo desse artigo foi buscar como determinados atores do campo médico, alinhados ao governo Bolsonaro, promoveram o tratamento precoce da Covid-19 na defesa da hidroxicloroquina, com argumentos que relacionaram estrategicamente discursos políticos e autoridade médica para sustentar seus discursos negacionistas. Entendendo autoridade médica no mesmo sentido de Starr (1991), quando refere que o médico representa uma autoridade técnico-científica pautada em dois aspectos: legitimidade científica e o poder de influência sobre os seus pacientes em relação aos seus conhecimentos para orientação do que seria saudável ou não.

No Brasil, o negacionismo científico em relação à pandemia foi particularmente ostensivo e amplamente assumido pelo governo federal do então presidente Jair Bolsonaro. Os discursos e práticas foram se modificando desde a negação da sua gravidade ("é só uma gripezinha"), passando pela não recomendação dos protocolos de prevenção (isolamento e uso de máscaras), até o estímulo a tratamentos comprovadamente ineficazes e na recusa da compra de vacinas, colocando em dúvida a sua eficácia. A partir daí, seus seguidores políticos assumiram essa posição de combate à comunidade científica, atribuindo a ela propósitos ideológicos. Foram elaboradas teorias conspiratórias, desde a atribuição da criação do coronavírus pelos chineses "comunistas" como uma suposta arma biológica até a implantação de microchips nas vacinas (Capucho, 2021).

Esses discursos imputando à ciência interesses e motivações políticas produziram falsas controvérsias (McIntyre, 2019), infodemia (desinformação específica sobre o coronavírus) e *fake news,* alcançando dimensões descomunais graças às novas formas de sociabilidade das redes sociais (Cassiani; Selles; Ostermann, 2022). Todos esses fatos geraram dúvidas, desconfiança e confusão na população em relação à ciência e às instituições científicas, resultando na dificuldade em aderir aos tratamentos e medidas de prevenção, exacerbando ainda mais a

crise sanitária e comprometendo a democracia (Kropf, 2022). A crise sanitária no Brasil iniciada em fevereiro de 2020 teve consequências nefastas, com hospitais lotados, falta de leitos em centros de terapias intensiva, falta de oxigênio resultando em 716.626 mortos, enterrados em valas comuns (Ferreira, 2022).

Nessa arena de crise sanitária e social, os médicos tiveram um protagonismo importante. Os médicos são agentes que detêm legitimidade para tratar de temas sobre saúde, mas não sobre assuntos científicos sem o devido respaldo. No entanto, na pandemia muitos deles protagonizaram conteúdos enganosos sobre a Covid-19 (Saver, 2023). Um deles foi a defesa da cloroquina, e, sobretudo, a sua variante menos tóxica, a hidroxicloroquina. No Brasil, alguns médicos estiveram alinhados ao viés político do então presidente Jair Bolsonaro, inclusive usando esse discurso negacionista para alavancar suas carreiras políticas (Dias; de Lima; Lobo, 2022; Medeiros; Araújo Junior, 2025).

Antes de passar aos dados, apresento ao leitor um cenário das discussões suscitadas pela droga hidroxicloroquina e dos debates em torno do contexto político da pandemia e da sua consequente Comissão Parlamentar de Inquérito.

2. Hidroxicloroquina: controvérsias em ação

A cloroquina e hidroxicloroquina são dois medicamentos antimaláricos derivados do quinino. A cloroquina é mais antiga e a hidroxicloroquina é derivada da cloroquina, com composições químicas semelhantes. A hidroxicloroquina é mais usada pois tem um perfil de toxicidade um pouco melhor do que a cloroquina, com maior tolerabilidade e menos efeitos adversos, De toda a forma, não são medicamentos inócuos podendo apresentar por exemplo toxicidade retiniana (com possibilidade de perda visual) e cardiovascular (arritmias e outros problemas de coração) (Singh *et al.,* 2021). Apesar de sua eficácia comprovada para as doenças citadas, os estudos conduzidos para o tratamento da Covid-19 com essas substâncias foram altamente controversos. A hipótese seria que a hidroxicloroquina impediria a entrada viral na célula, portanto, seria um medicamento para evitar a infecção, e faria parte do protocolo de profilaxia ou de tratamento para casos leves.

A despeito da importância preconizada por cientistas sobre os ensaios clínicos com variáveis controladas e aleatórias (randomizadas), muitas pesquisas sobre a hidroxicloroquina foram conduzidas e divulgadas sem essas prerrogativas. Dessa maneira, eles foram considerados inconsistentes e sem evidência segura pela comunidade científica (Singh *et al*., 2021). Foi o caso de um estudo publicado em 2020 no *The Lancet,* revista científica médica muito prestigiada no meio científico mundial (Mehra *et al*., 2020).

Os principais questionamentos ao estudo relacionaram-se aos seguintes aspectos: não foram publicados o tratamento de dados, o que impossibilita que outros laboratórios possam reproduzir a mesma testagem; não passou por comitê de ética; não houve menção dos hospitais ou países que contribuíram para o estudo; as doses foram 100 mg mais altas que a recomendada pela *Food and Drug Administration* (FDA); os dados numéricos de infectados e mortos foram inconsistentes; não houve avaliação de doenças preexistentes e não foram encontrados benefícios que se sobrepusessem aos malefícios da droga. Isso fez com que mais de 100 cientistas escrevessem para a revista apontando as falhas do estudo, o que levou seus

editores a se retratarem, retirando o artigo e estabelecerem critérios mais rigorosos para a sua publicação (Quintanilha, 2020).

De fato, o caráter de urgência da pandemia proporcionou estudos clínicos em abundância com o argumento de que, pelo caráter de excepcionalidade, os critérios científicos rigorosos poderiam ser sobrepujados. No entanto, London e Kimmelman (2020) criticam essa postura ao defender que, embora as crises apresentem grandes desafios logísticos e práticos, a missão moral e ética da investigação permanece a mesma: reduzir a incerteza e permitir que os prestadores de cuidados, os sistemas de saúde e os decisores políticos possam abordar melhor a saúde individual e pública. Ou seja, os desafios que os métodos rigorosos abordam não desaparecem face à necessidade urgente.

Nesse sentido, a pandemia foi um grande exemplo de como as pesquisas científicas e os conhecimentos produzidos sobre medicamentos e protocolos de prevenção expressaram a importância da relação entre as evidências científicas e a necessidade de tomar decisões políticas.

Importante lembrar também que os medicamentos são objetos cujo princípio não se dissocia do plano simbólico que perfaz a cultura. Eles estão na base da medicina alopática e são indissociáveis do contexto político e econômico que tem como base a sociedade (Fainzang, 2001). Para Van der Guest, Whyte e Hardon (2003), os fármacos, em determinados contextos sociais, apresentam "ciclo de vida", "ordem biográfica" e uma "vida social". Outros estudos, como os de Adriana Petryna e Rosana Castro, analisaram como as etapas e os diferentes atores envolvidos no experimento dos medicamentos, evidenciando que o devir fármaco e sua prescrição dependem de inúmeras mediações, envolvendo interesses não só científicos, mas também econômicos e políticos em que os medicamentos ultrapassam o seu caráter de princípio ativo em si (Petryna, 2011; Castro, 2020).

Hardon e Sanabria (2017), igualmente, apontam que as indicações e usos dos medicamentos vão muito além de sua materialidade e que interesses comerciais, políticos e morais os tornam eficazes ou não. Nessa mesma linha de pensamento, Russo e Azize lembram que ciência e política são indissociáveis e que o campo da produção científica é um campo de lutas, conflitos e controvérsias: "O consenso é um trabalho lento de resolução ou apagamento dos conflitos, que deixa pistas e pegadas no seu processo" (Russo; Azize, 2020). Silva e Azize (2020) também compartilham dessa ideia ao apontar o uso político de algumas substâncias. Eles analisam especificamente o caso de como a hidroxicloroquina extrapolou o debate científico, entrando em uma arena da polaridade envolvendo dirigentes governamentais e que marcou o período pandêmico brasileiro. Nessa linha de pensamento, Quaresma (2024) analisa a hidroxicloroquina como um artefato cultural envolto em batalhas morais, éticas e políticas de uma sociedade em crise.

Essas referências são perspicazes para compreender o papel da hidroxicloroquina no contexto negacionista da Covid-19. Dada a sua trajetória na pandemia como uma possível opção terapêutica para combater o coronavírus, ela tornou-se central no campo de disputas discursivas sobre o que seria uma boa ou má ciência, bem como na condução sanitária, política, moral e econômica da pandemia.

3. O Brasil na arena de embates e controvérsias no tratamento precoce da Covid-19

Em 2020, o Brasil protagonizou, junto com os Estados Unidos, a preconização do uso da hidroxicloroquina. Em março, o então presidente dos Estados Unidos Donald Trump mencionou-a como medicamento para a cura e prevenção da Covid-19, solicitando que a *Food and Drug Administration* (FDA) a liberasse para esse fim. Algumas horas depois, Jair Bolsonaro divulgou um vídeo na internet defendendo esse fármaco. Dois dias depois, o então ministro da saúde, o médico Luiz Henrique Mandetta, liberou os médicos para receitar hidroxicloroquina mesmo em casos leves (Sanches, 2020). Logo depois ele recuou dessa decisão e foi demitido. O então presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), entidade máxima de representação da classe médica do país, Mauro Ribeiro, avaliou o uso da hidroxicloroquina, inclusive para casos leves, alinhando-se dessa forma ao governo Bolsonaro.

Nessa rede de compartilhamento de ideias e posições políticas, muitos médicos receitaram e incentivaram em grande profusão esse medicamento. Em agosto do mesmo ano houve um evento em Brasília intitulado "Brasil vencendo a Covid-19", em que médicos, organizados no movimento chamado Médicos pela Vida, sugeriram ao presidente a inclusão da hidroxicloroquina no programa federal de distribuição gratuita de medicamentos, o Farmácia Popular (Lisboa, 2020). Em consequência, houve uma corrida alucinada às farmácias em busca do medicamento, com o subsequente desabastecimento dos usuários que realmente necessitavam dessa medicação.

Os médicos que atuaram contra a prescrição desse medicamento, como Marcos Lacerda, infectologista da Fundação Oswaldo Cruz, montaram uma equipe de pesquisa na região amazônica que desmontou a hipótese da eficácia da cloroquina para o tratamento da Covid-19. Marcos Lacerda e sua equipe foram duramente atacados por Bolsonaro e seus seguidores, recebendo inúmeras ameaças de morte e sendo chamados de "assassinos" e "esquerdistas" nas redes sociais, fazendo com que o médico pesquisador e sua família passassem a ter escolta policial.

A partir daí, nesse jogo de disputas pela "verdade", os cientistas contrários à hidroxicloroquina como tratamento eficaz para a Covid-19 foram duramente atacados sob a acusação de serem instrumentalizados por interesses ideológicos dos partidos de esquerda. O site "Conexão Política", alinhado às ideias de Jair Bolsonaro, foi um exemplo dessas acusações: "A mídia globalista e políticos de esquerda em vários países estão fazendo campanha contra o uso da hidroxicloroquina (HCQ), mesmo que o medicamento já tenha mostrado eficácia por milhares de médicos em diversos países" (Conexão Política, 2020, p. 1).

Os acontecimentos que agravaram a crise sanitária no Brasil fizeram com que em abril de 2021, em um momento em que o país ocupava o segundo lugar no mundo em número de casos e mortes, fosse instaurada pelo Senado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), formada pelos representantes do poder legislativo para investigar, ouvir depoimentos, buscar informações e responsabilizar os envolvidos nessas omissões e irresponsabilidades pelo governo federal. O foco inicial dessa CPI visou à contrariedade do governo federal face às medidas sanitárias, como o distanciamento social e o uso obrigatório de máscaras faciais. Também nesta investigação estavam incluídos o atraso na compra de vacinas, a divulgação e investimento de dinheiro público em tratamentos como a hidroxicloroquina, ivermectina

(medicamento contra vermes) e azitromicina (antibiótico para infecções bacterianas), num pacote que ficou conhecido como *kit Covid* [1]. Um aspecto não negligenciável é que no Brasil, a cloroquina e hidroxicloroquina foram produzidas principalmente pelos laboratórios do exército brasileiro e por empresários bolsonaristas que viram seus lucros subirem de forma vertiginosa (Silva, 2020).

Da mesma forma, foram constatadas irregularidades na compra e importação da vacina indiana *Covaxin*, produzida pela *Bharat Biotech*, com eficácia duvidosa e recusada em vários países. Este último fato foi considerado um grande escândalo, uma vez que envolveu o presidente da república diretamente. As demissões de dois ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, contrários a essa indicação, aliadas à falta de oxigênio em hospitais da capital do estado do Amazonas, também foram motivações para a abertura de investigações. Os parlamentares estavam ávidos para dar uma resposta à conduta do executivo em formar um "gabinete paralelo", ou seja, um grupo que prestaria assessoramento extraoficial e informal ao governo Bolsonaro composto, sobretudo, por médicos defensores da hidroxicloroquina, da imunização de rebanho[2] e contrários à vacina para o enfrentamento da infecção do coronavírus (Nicolav, 2021). O entendimento é que a ação desses grupos, com alta influência política e que provocaram inclusive a demissão dos dois ministros da saúde citados acima, prejudicaram o enfrentamento sanitário da pandemia.

Outros acontecimentos se sucederam nesse percurso, como, por exemplo, o caso da rede de seguro-saúde, *Prevent Senior*, que, ao que tudo indica, uniu-se ao gabinete paralelo do governo federal para defender e usar o *kit Covid* à revelia das evidências científicas. Uma ex-funcionária dessa rede testemunhou, sob sigilo de identidade, que a empresa conduziu um estudo com hidroxicloroquina em pacientes com Covid-19 com o objetivo de reduzir internações e de se promover como aliada do governo. Um grupo de médicos conveniados à seguradora fez a denúncia de como eram coagidos a receitar os medicamentos, sofrendo ameaças de demissão caso não o fizessem. Os medicamentos foram usados sem autorização dos pacientes, e associados ao desligamento deliberado de oxigênio para acelerar a morte de idosos sob o argumento que seriam pessoas que "não vale a pena investir" e assim reduzir os custos de internação. Da mesma forma, mortes foram omitidas no estudo que pretendia provar a eficácia do tratamento. Esses relatos mostraram como a empresa *Prevent Senior* assumiu posturas mengelianas que chocaram o país (Rocha, 2021). No dia 05 de junho de 2024, o Ministério Público de São Paulo condenou dez diretores da empresa e um médico por crime de homicídio culposo na pandemia (Cruz, 2024).

Alguns médicos foram particularmente implicados e chamados para prestar depoimentos na CPI. São eles Mayra Pinheiro, Nise Yamaguchi, Francisco Cardoso e Ricardo Ariel Zimerman. Eles são o foco de análise desse trabalho. Tomando emprestado de Oreskes e Conway (2010) a denominação de "negacionistas profissionais", nomeio assim esses médicos. Segundo os autores, os negacionistas profissionais são cientistas, especialistas ou lobistas que têm noção do consenso científico, mas que atuam de forma estratégica para lançar dúvidas, com o objetivo de confundir o público através da propagação deliberada de informações falsas por razões econômicas ou políticas. Essa é a perspectiva adotada nesse estudo.

1 O kit Covid, foi referido como o conjunto de medicamentos para combater a Covid-19 sem eficácia comprovada promovida pelo governo de Jair Bolsonaro. Os medicamentos eram: cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, bromexina, nitazoxanida, anticoagulantes e suplementos de zinco.

2 Quando pessoas infectadas transmitem a doença, elas podem alcançar a imunidade coletiva ou "imunidade de rebanho", impedindo que a doença se alastre porque a maioria das pessoas estão imunes.

4. Metodologia

Conforme referido, os médicos Mayra Pinheiro, Nise Yamaguchi, Francisco Cardoso e Ricardo Ariel Zimerman foram eleitos para esse estudo em função de seu destaque na cena política e sua citação e atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19.

Os discursos na defesa da hidroxicloroquina das/os médicas/os analisados nesse estudo foram selecionados através dos seus depoimentos na CPI da Covid-19 e eventuais vídeos dos mesmos através da plataforma YouTube e TV Senado. Foram selecionados inicialmente 71 vídeos que envolveram uma busca simples com as palavras-chave contendo o nome do médico + CPI + hidroxicloroquina. Após uma exploração mais minuciosa restaram 7 vídeos, dada a repetição dos seus conteúdos. Também foram realizadas buscas on-line em *websites* pelo nome da/do médica/médico, notícias sobre suas trajetórias políticas e assuntos correlacionados. Os documentos analisados dos sites pesquisados incluem notas de governo, entidades científicas e médicas e mídia impressa e on-line.

Com o objetivo de situá-los na cena científica brasileira, também foi pesquisada a presença ou não de C*urriculum Lattes* para detectar suas formações e especialidades médicas, inserções em grupos de pesquisa e eventuais artigos científicos sobre o tema Covid-19 e/ou hidroxicloroquina. Todas essas fontes serviram para compor uma "produção de dados", no sentido dado por Olivier de Sardan (1995), em que eles, os dados, são produtos de diferentes fontes, tornando-se uma construção pessoal do pesquisador.

4.1 Os médicos negacionistas profissionais e a prescrição off-label da hidroxicloroquina

Mayra Pinheiro possui Graduação em Medicina pela Universidade Federal do Ceará/UFC (1991) e Mestrado em Ciências com Área de Concentração em Neonatologia pela Universidade de São Paulo/USP (2002), além de outras especializações e doutoramento no campo da bioética. Também é especializada em Medicina do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá (2009). No governo Bolsonaro foi secretária de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde. Foi candidata a deputada federal em 2022 no Ceará pelo PL (Partido Liberal, do qual Jair Bolsonaro foi também filiado), mas não se elegeu. A médica é a única dentre os integrantes deste grupo que não tem uma formação afinada com as doenças infecciosas. Ela tem uma carreira consolidada no campo da neonatologia. As suas produções bibliográficas no que se refere à pandemia versam sobretudo sobre saúde mental de trabalhadores em saúde. Um artigo específico trata sobre o tratamento precoce: "Análise da pandemia e considerações bioéticas sobre o tratamento precoce" (Angotti Neto; Pinheiro, 2021). Ela ficou conhecida no Brasil como "capitã cloroquina", em virtude da defesa do medicamento para a Covid-19 e também por divulgação de *fake news*, com o objetivo de desprestígio de instituições reputadas de pesquisa. Um episódio emblemático foi um vídeo em que a médica declarou que a representação de um balão em forma de torre de castelo que a Fiocruz exibiu em seu campus como o logotipo escolhido para comemorar os 120 anos da instituição, era um "pênis inflável". O episódio foi amplamente divulgado na mídia e redes sociais com ironia e humor, acusando a médica de tentar abalar a reputação de uma das instituições científicas mais prestigiosas do país (Citado ..., 2021; Mori, 2021).

Nise Yamaguchi fez Residência em Clínica Médica e Imunologia e Alergia, mas sua atuação principal é no campo da oncologia. Ela teve inserção política como representante do ministro da saúde para o estado de São Paulo entre 2008-2011 e na pandemia integrou o "gabinete paralelo" do governo Bolsonaro. A médica chegou a ser cotada para ser ministra da saúde em substituição a Luiz Henrique Mandetta. Foi candidata a deputada federal em 2022 em São Paulo pelo partido PROS (Partido Republicano da Ordem Social), que esteve alinhado às políticas de Bolsonaro durante o seu governo, mas não se elegeu.

Francisco Cardoso é infectologista. Ele não tem publicações científicas nem carreira científica registrada em *curriculum* Lattes. Atua principalmente na clínica médica e na representação dos conselhos médicos. O médico não ocupou cargos formais de alto escalão (como ministro ou secretário) no governo de Jair Bolsonaro, mas foi uma figura de destaque e alinhada às políticas de saúde do governo na época da pandemia de Covid-19. Foi candidato à presidência da Associação Paulista de Medicina e denunciado por seus opositores e condenado a três meses de prisão em virtude de divulgação de *fake news* e difamação durante essa campanha (Associação Paulista de Medicina, 2022). Foi igualmente candidato à direção do Conselho Regional de Medicina de São Paulo em 2023. Sua chapa disseminava a ideia do aumento de número de médicos "esquerdistas", divulgando o "esquerdômetro", que seria uma medida daqueles que defendem pautas como o Programa Mais Médicos, por exemplo (Felizardo, 2023). Ao mesmo tempo ele publicava uma lista de candidaturas de direita aos Conselhos Regionais de Medicina do país com o objetivo de "expurgar os médicos comunistas" dos mesmos (Infectologista..., 2023). Nas últimas eleições do CFM (6-7/08/2024), ele foi eleito representante pela cidade de São Paulo. Houve reação na mídia sobre a eleição de um médico favorável à hidroxicloroquina, ao que ele respondeu às críticas: "Se esquerdopata não gostou, é por que estamos no caminho certo" (Saldanha, 2024, p. 1).

Ricardo Ariel Zimerman também é infectologista. Já trabalhou como *Scientific Advisor at OPAS/PAHO (Panamerican Health Organization)*, atuando principalmente nos temas de virologia e terapia infusional. Possui linha de pesquisa vigente em genotipagem e tratamento de Covid-19 segundo seu *curriculum* Lattes. Tem vários artigos relacionados ao estudo genético do coronavírus. Um estudo em particular questiona a efetividade do distanciamento e isolamento social, dada a grande taxa de mutação do coronavírus (Zimerman *et al*., 2021).

Mayra Pinheiro e Nise Yamaguchi foram indiciadas na CPI da Covid-19 pelo incentivo do uso *off-label* da hidroxicloroquina, ou seja, uso do medicamento de forma diversa de sua indicação inicial. Nise Yamaguchi também foi acusada de tentar mudar a bula do medicamento, o que ela negou veementemente.

Francisco Cardoso e Ricardo Ariel Zimerman foram indicados pelo governo Bolsonaro para defenderem o tratamento precoce com hidroxicloroquina na CPI da Covid-19. Seus argumentos basearam-se na demonização do medicamento "pelos cientistas da Fiocruz" e, o mais importante, a necessidade de os médicos terem autonomia para prescrever medicamentos *off-label*. Esse constituiu o foco de análise desse trabalho.

4.2 Autonomia médica, cuidado e tomada de decisão em tempos pandêmicos

O principal argumento levantado por esses médicos foi a defesa da "autonomia médica". Mayra Pinheiro, por exemplo, em seu depoimento no dia 25 de maio à CPI da Covid-19, referiu:

> Estamos diante de uma doença grave que tem provocado o colapso do sistema público de saúde e a morte de milhões de pessoas no mundo. A tomada de decisão nesse cenário repleto de incertezas exige o respeito à autonomia médica concedida pelo Conselho Federal de Medicina. (Na CPI..., 2021, min. 1:36).

Em seu artigo, em parceria com Hélio Angotti Neto, "Análise da pandemia e considerações bioéticas sobre o tratamento precoce", é defendida igualmente a autonomia médica para o tratamento precoce, pois esperar por "evidências científicas definitivas podem levar um tempo que custaria muitas vidas humanas e um dano irreparável à sociedade" (Angotti Neto; Pinheiro, 2021, p. 683). Não menos importante é a defesa da liberdade médica em contraponto às disputas políticas.

Segundo a médica, a hidroxicloroquina como medicamento para a Covid-19 foi estigmatizada por apresentar somente trabalhos negativos em detrimento dos positivos, com metodologias questionáveis e usando o medicamento em fases avançadas quando "sabe-se que não funciona".

O argumento que sustenta a autonomia médica para esses médicos é de que invoca um preceito caro à medicina: a clínica é soberana. Assim, a experiência positiva com o medicamento no tratamento de seus pacientes é constantemente invocada. Nise Yamaguchi, por exemplo, reitera: "meu objetivo é que o médico e paciente possam ter a liberdade de prescrever e receber o tratamento" (Barcellos, 2021, p. 1).

Francisco Cardoso, em 18/06/2021, sustenta igualmente que só cabe aos médicos sob a salvaguarda dos conselhos médicos e do Conselho Federal de Medicina (CFM) prescrever medicamentos para qualquer doença. Segundo ele, na pandemia, ele e sua equipe atenderam mais de quatro mil pacientes com poucas mortes, comprovando que a hidroxicloroquina funciona: "Se nesse momento não consigo descrever o mecanismo de ação [da hidroxicloroquina], que os cientistas pesquisem e publiquem. Nós, médicos, estamos aqui para atender as pessoas e salvar vidas" (Compete..., 2021, min. 0:41).

Tal argumento foi respaldado igualmente pela Associação Médica Brasileira (2020) e pelo Conselho Federal de Medicina (2021), que a defendeu com os seguintes *slogans*: "o médico brasileiro é competente: respeitem sua autonomia"; "o médico brasileiro sabe como tratar a Covid-19" e "o Conselho Federal de Medicina respeita a autonomia do médico".

A autora Schraiber (1995) conceitua a autonomia médica como a capacidade subjetiva do médico para tomar decisões em função de seu conhecimento técnico e suas experiências. O juramento de Hipócrates já consagrava um preceito nesse sentido: "Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém". No entanto, segundo a autora, é ao longo do século XIX que ela se consolida historicamente como uma conquista importante da medicina liberal moderna. Ela se caracteriza

pela liberdade de se inserir no mercado de trabalho revestindo momentos de sua experiência prática e até mesmo subjetiva em que se expressam tanto o científico quanto o moral.

De fato, a autonomia médica é um conceito caro aos médicos. Mas o conceito é passível de discussões em vários âmbitos, revelando conflitos éticos, morais e jurídicos para a tomada de decisões. Situações exemplares são as transfusões sanguíneas versus crenças religiosas (Lima; Byk, 2018), desligamento de aparelhos que mantém a vida em caso de morte encefálica (Lago *et al.,* 2007; Kind, 2009) e a decisão de via de parto pelo obstetra ou parturiente (Palharini, 2017). Segundo autores como Oliveira *et al.* (2022) e Ferreira e Klujsza (2024), cabe, por exemplo, questionar a autonomia médica, no sentido de que ela não deve se restringir à conduta individual do médico voltada para o exercício da arbitrariedade em detrimento do fortalecimento colaborativo de escolhas medicamente informadas. Até porque a simples opinião de um especialista é vulnerável a influências de crenças, valores e ideologias.

Esses aspectos são apresentados por Schraiber (1995) como uma tensão permanente do trabalho médico entre realidade técnica e social. Ou seja, a ação do médico no seu objeto de intervenção (o doente) é técnica fundada em conhecimento científico. No entanto, a autora sustenta que toda a decisão pessoal do médico na aplicação do conhecimento científico envolve decisões implicadas no contexto social. Assim, ela chama a atenção que a prática médica se exterioriza no mercado enquanto atividade dotada de autonomia, em que os médicos desejam ter o controle sobre suas práticas diagnósticas e terapêuticas (Schraiber, 1995).

O ideal da autonomia médica atinge seu auge na medicina liberal, uma vez que, nas regulações do mercado face ao controle do trabalho médico, a tomada de decisão tende a ser conformada por outros parâmetros. Para a autora, o trabalho médico (enquanto um serviço) reveste-se de características específicas que, se por um lado o distancia do padrão industrial por outro incorpora progressivamente um grande volume de inovações tecnológicas. Estas inovações interferem no próprio processo de trabalho, ameaçando, em determinado nível, alguns parâmetros tradicionais de autonomia. Isso faz sentido quando observamos as denúncias dos médicos da *Prevent Senior* de serem "obrigados" a prescrever a hidroxicloroquina, sob pena de perder o emprego.

A necessidade de decidir condutas pode ser considerada como uma decorrência dos esforços dos médicos em garantir sua independência técnica (Schraiber, 1991) e suplantar as incertezas da sua prática que compõem o elemento estrutural, mas indesejado de seu trabalho (Freidson, 2009). Portanto, no âmbito da tomada de decisões, a autonomia está subordinada a uma ética que articula a prática técnica, ação política, ideológica e ação moral.

Assim, a tomada de decisão sobre o tratamento não implica necessariamente na relação entre o aspecto científico das doenças e o projeto ético da terapêutica. Isto é, as terapêuticas podem ser tão variáveis, deixando-as à mercê de interesses outros como os mercadológicos da indústria farmacêutica, e não necessariamente no processo de solução dos problemas clínicos que tenham por objetivos mudar a situação atual do problema para outra melhor (Camargo Jr., 2005).

Com o objetivo de orientar as decisões médicas de forma objetiva, para que elas não coloquem em risco o bem-estar e a segurança dos pacientes, e para assegurar os princípios da bioética na prática clínica, foi inaugurado no Canadá em 1980 o movimento Medicina Baseada em Evidências. As evidências aqui seriam provas científicas fundamentadas na ex-

perimentação. Dessa forma, é preconizado que os médicos se orientem em protocolos para o uso da melhor evidência atualizada para tomada de decisões na sua prática (El Dib, 2007).

O movimento não é isento de críticas. Uchôa e Camargo Jr. (2010), por exemplo, usando o estudo clássico de Fleck (2010) como ponto de partida, referem como os fatos são coletivamente construídos de acordo com um estilo de pensamento. Segundo eles, as evidências seriam mais uma forma de normatização das vivências de saúde, adoecer e morrer:

Ou seja, as evidências médicas não estão isentas de influências diversas. Imprescindível, diante desses termos, pensar na perspectiva do cuidado desenvolvidas pela autora Puig de la Bellacasa (2017). A autora procura desestabilizar a concepção do cuidado como algo pronto e com sentidos e significados únicos, e propõe pensá-lo a partir das situações, dinâmicas e das pessoas que lhe dão materialidade. Assim, trata-se de pensar as instâncias de discussão e decisão na perspectiva de situacionalidade e contingências no ato de cuidar. Respaldando essas ideias, Uchôa e Camargo Jr. (2010) apontam que não há homogeneização nas práticas médicas e que além dos protocolos e/ou estudos científicos, os médicos também optam por prescrições de forma intuitiva e pragmática.

Nesse sentido, é possível pensar o atendimento em saúde sob a perspectiva mais ampla, compreendendo que o processo decisório em torno das dinâmicas de cuidado é atravessado e influenciado por circunstâncias materiais, ordens práticas diversas, valores e moralidades, relativas ao modo de como cada profissional mobiliza protocolos e interpreta as práticas de cuidado neles contidas.

Podemos argumentar igualmente que as tomadas de decisão médicas digam respeito à sua missão de cura, alívio de um sofrimento, a prevenção de uma doença grave iminente ou de uma complicação de acordo com um esquema ideal do tipo: sintoma-diagnóstico-tratamento-cura. Relevando essa ideia, os avanços científicos e tecnológicos vão dar à medicina a imagem de uma potência curativa. Dessa forma, a ideia de "perder o paciente", o "nada fazer" ou o "luto da cura" (Ferreira, 2020) torna-se uma experiência angustiante na prática médica. Tais aspectos podem explicar a adesão de alguns médicos aos tratamentos sem consenso estabelecidos pela ciência, de forma que o discurso da autonomia médica adquire sentido.

4.3 Médicos negacionistas profissionais e a politização da hidroxicloroquina

"O negacionismo científico é, ao nosso ver, melhor compreendido dentro do processo político" (Szwako, 2025, p. 51). Somos levados a acreditar que os médicos estão munidos de conhecimento científico e, dessa forma, isentos de ideologias ao exercer sua profissão. Cabe então aqui a pergunta "por que razão há médicos contra evidências científicas e propagadores de ideias negacionistas?" Diferentes autores tentam explicar o fenômeno. Gomes e Zamora (2024), por exemplo, referem que:

> pessoas inteligentes, com níveis elevados de renda, com uma educação formal de nível superior e acesso a informações não estão imunes a acreditar em ideias enganosas. Ao contrário, elas se mostram extremamente eficientes na defesa de ideias negacionistas justamente devido a estas condições. (Gomes e Zamora, 2024, p.9)

Outros autores sustentam que o conhecimento científico não determina a defesa ou não de ideias negacionistas, já que foi evidenciado que as pessoas selecionam as informações de acordo com as suas crenças mesmo sendo capazes de compreender a complexidade das pesquisas científicas (Pouliot; Godbout, 2014; McIntyre, 2019).

Alguns autores colocam ênfase no posicionamento ideológico do sujeito. Kahan (2014) diz que indivíduos com orientação política conservadora, por exemplo, tendem a negar as causas antropogênicas do aquecimento global contradizendo os cientistas do clima.

Da mesma forma, o negacionismo científico pode existir até mesmo nas comunidades científicas. Dessa maneira, ele não pode ser visto como produto da ignorância (Kropf, 2022). Indo mais além, para o autor da epígrafe desse tópico, o negacionismo é a ferramenta ideológica da extrema-direita: "[...] os negacionismos dizem menos respeito a uma confrontação 'irracional' às ciências institucionalizadas e nos falam, muito mais sobre valores, sentidos e políticas em jogo" (Szwaco, 2025, p. 29). Esse estudo vai ao encontro dessas últimas perspectivas.

Sabe-se que a categoria médica, em sua maioria, apresenta posicionamento político conservador, ilustrado pelos representantes de suas entidades como os conselhos regionais e o Conselho Federal de Medicina (CFM) vigente durante a pandemia. Diversos exemplos corroboram esta afirmativa, como a grande participação dos mesmos nas manifestações da direita em 2015 dando apoio ao golpe de 2016 com o slogan "a corrupção faz mal à saúde" (Almeida, 2015), a negativa de realizar o aborto em casos previstos por lei, a reação negativa ao Programa Mais Médicos e o apoio à eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (Matias *et al.*, 2019).

Observamos que os médicos aqui apresentados representam muitos outros que defenderam o tratamento precoce e, não por acaso, apoiaram o ex-presidente Jair Bolsonaro. Eles participaram ativamente de seu governo e alguns concorreram à cargos políticos governamentais ou de conselhos médicos. Observamos também como foi corrente nos preceitos em defesa da hidroxicloroquina um combate "às ideologias de esquerda", frequentemente associada a uma teoria da conspiração em que a liberdade e autonomia médica estão ameaçadas. No dia 24 de agosto de 2020, um evento em Brasília intitulado "Brasil vencendo a Covid" reuniu médicos e representantes do governo em defesa da hidroxicloroquina. Jair Bolsonaro declarou: "o médico tem que ter liberdade para tratar o seu paciente; e o paciente tem que ter liberdade de escolher seu médico e poder usar o remédio, se necessário". Seu assessor Arthur Weintraub na mesma ocasião também apontou que "a questão da hidroxicloroquina e da cloroquina atingiu um patamar de discussão mais ideológica do que científica". O então presidente finalizou o evento com a narração:

> Pior do que uma decisão mal tomada é uma indecisão. Então, vocês salvaram milhares e milhares de vidas pelo Brasil. E se a hidroxicloroquina não tivesse sido politizada, muitas mais vidas poderiam ter sido salvas nestas 115 mil (mortes) que o Brasil chegou (Alvim, 2020, p. 1).

No que concerne à liberdade de escolha de acordo com a experiência clínica do médico, Szwaco (2025) defende que essa liberdade deriva de uma sorte de empirismo embasado em "bússolas morais" da elite social e econômica e de suas ideias reacionárias (p.86)[3] que buscariam capturar um prestígio científico. Aqui também cabe lembrar que médicos não são,

3 Isso é mais visível nas teorias de conspiração sobre a vacina contra o coronavírus, que supostamente seria feita de fetos humanos ou conteria chips para controle da população ou pelo vírus ser intencionalmente espalhado pela China "comunista".

necessariamente, cientistas — são profissionais da saúde cuja autoridade técnica deriva, em grande medida, de uma construção histórica de autoridade moral, nem sempre respaldada por expertise científica (Schraiber, 1991).

Nesta observação, os médicos analisados neste trabalho, mesmo possuindo *curriculum* Lattes, não são cientistas e muito menos pesquisam o coronavírus. Uma exceção pode ser feita a Ricardo Zimerman, que afirmou realizar pesquisas com os medicamentos controversos para a Covid-19 e ser um representante da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o que foi negado pela organização. Seu argumento principal sobre a relação entre o uso da hidroxicloroquina e a alta taxa de mortalidade dos pacientes é de que ela foi administrada na fase avançada da doença nesses casos. O referido médico também referiu estar consternado com a "politização" da pandemia, afirmando que não aconteceu com ele, "por que não sou filiado a nenhum partido" (Brasil, 2021, p. 1). No entanto, sabemos que a política vai além de partidos políticos. Quando o médico fala em nome da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o que foi negado pela organização, demonstra que mais que cargo político, o que está em jogo é a busca de um prestígio científico de uma entidade que alia ciência e política. Nessa linha de pensamento, observamos como os médicos e o próprio Conselho Federal de Medicina que se alinharam a Jair Bolsonaro concederam-lhe apoio de uma categoria profissional respeitável em troca de cargos políticos ou prestígio na cena da pandemia. Assim, esses médicos, combatendo ideologias com o pretexto de que a ciência não é o lugar delas, acabam por agir e pensar sob premissas ideológicas, tornando-se assim eles mesmos alvos do que combatem.

5 À guisa de conclusão

Os médicos, como os demais profissionais de saúde, desempenharam um papel imprescindível na pandemia. No entanto, alguns deles, servindo-se do papel de especialistas, semearam medo, incertezas e dúvidas no seu meio profissional e na população em relação às medidas preventivas e de tratamento para a Covid-19. Figura nessa proposta o protagonismo da hidroxicloroquina. Independentemente de sua eficácia ou não no tratamento da Covid-19, ela serviu de ilustração de que para um medicamento tornar-se efetivo ele depende de inúmeras variáveis e mediações sociotécnicas.

Os médicos apresentados nesse estudo correspondem a alguns dos tantos que apresentaram protagonismo público nas condutas controversas de prevenção e enfrentamento da epidemia de Covid-19 no país. Alinhados às posturas do governo federal negacionista vigente na pandemia, eles mostraram que as condutas clínicas também estão limitadas por diferentes ideologias e visões de mundo.

Por outro lado, a própria pesquisa científica é igualmente limitada pelos mesmos fatores que influenciam os cientistas. Em nome da religião que eventualmente professe, um cientista pode cercear-se na pesquisa, suprimindo temas e problemas de investigação que contrariem suas convicções religiosas. Ou, de acordo com determinada opção político-partidária, pode haver interpretações de dados que sejam coerentes com a mesma. Assim, toda a ciência, incluindo as ciências sociais, é limitada por ideologias não científicas dos cientistas. Isso não implica, necessariamente, que essas influências podem afetar o rigor técnico e formal da pesquisa científica em si, até mesmo porque a interferência se dá anteriormente, na escolha dos temas e na definição dos problemas de investigação.

Para fomentar essa questão, trago aqui autores como Santana e Völz (2020) que chamam a atenção para os princípios da bioética que devem ser particularmente observados no caso das pesquisas que envolvem o tratamento da Covid-19: beneficência, não maleficência, autonomia e justiça. De acordo com os autores, o princípio da não maleficência não pode ser transgredido na expectativa de um possível benefício. Nesse sentido, a autonomia dos médicos, defendida nos argumentos dos médicos negacionistas profissionais, não deve ser infringida com falsas esperanças em apostas na eficiência não comprovada de medicamentos.

É preciso deixar claro que essas premissas não incluem todos os profissionais de saúde que, possivelmente, foram compelidos a realizar estas prescrições por pressão diante da grande mortalidade e das poucas alternativas terapêuticas, independentemente de suas convicções políticas ou científicas respaldadas pela noção de autonomia médica. Conforme já citado, a profissão médica é feita de incertezas que os médicos buscam contornar constantemente, preferindo tomar decisões questionáveis a "nada fazer". Não obstante, ao estresse e pressão sofridos por eles, a prescrição de medicamentos não comprovados ou a hesitação vacinal podem levar a efeitos danosos à população e deve ser combatida.

Por outro lado, apreender como os médicos ignoram, apropriam-se e/ou ressignificam e utilizam de discursos científicos para as suas práticas pode contribuir para animar os debates no meio médico e acadêmico. O estudo do negacionismo científico contribui para a Antropologia da Ciência e para os Estudos da Ciência e Tecnologia (ECT) pois oferece contribuições fundamentais para compreender como a ciência é percebida, contestada e vivida na sociedade contemporânea. Longe de ser apenas "ignorância" ou "falta de educação", o negacionismo representa um fenômeno sociocultural e político complexo. Sobre o negacionismo médico, especificamente, é importante manter aceso o debate de que os discursos e práticas profissionais são influenciados por contextos socioculturais, econômicos, políticos e éticos complexos e que ultrapassam o saber hegemônico e totalizante sobre o corpo e a saúde. Dessa forma, é possível refletir sobre tomadas de decisão e cuidado pautados em condutas científicas e éticas.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. OAB-SP cria campanha "Corrupção Não" com apoio da APM. **Revista da Associação Paulista de Medicina**, São Paulo, n. 668, p. 18-19, 2015. Disponível em: https://www.apm.org.br/wp-content/uploads/APM668.pdf. Acesso em: 12 dez. 2025.

ALVIM, Mariana. O grupo de '10 mil' médicos pró-cloroquina que se aproximou de Bolsonaro com 'evento histórico'. **BBC News Brasil**, São Paulo, 03 set. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53994532. Acesso em: 09 dez. 2025.

ANGOTTI NETO, Helio; PINHEIRO, Mayara Isabel Correia. Análise da pandemia e considerações bioéticas sobre o tratamento precoce. **Revista Bioética**, Brasília, v. 29, p. 677-687, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bioet/a/QWvYQy7zPzhpnmWWZF9zHDC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **Hidroxicloroquina**: AMB defende autonomia do médico. São Paulo: AMB, 2020. Disponível em: https://

www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2020/07/20/10_41_36_45_NOTA_Associa%C3%A7%C3%A3o_M%C3%A9dica_Brasileira_hidroxicloroquina.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. Autor de fake news e injúrias, Francisco Cardoso é condenado à prisão. **APM**, São Paulo, 06 out. 2022. Disponível em: https://www.apm.org.br/noticias-em-destaque/autor-de-fake-news-e-injurias-francisco-cardoso-e-condenado-a-prisao/. Acesso em: 20 maio 2025.

BARCELLOS, Renato. Defensora do 'tratamento precoce', médica Nise Yamaguchi presta depoimento à CPI. **CNN Brasil**, São Paulo, 01 jun. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/defensora-do-tratamento-precoce-nise-yamaguchi-presta-depoimento-a-cpi/. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Notas Taquigráficas** 18/06/2021 - 23ª - CPI da Pandemia. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10045. Acesso em: 15 jul. 2025.

CAMARGO JR., Kenneth Rochel. A biomedicina. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 177-201, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/BmZ6PN6vDQyXgntsPXqWrRL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 maio 2025.

CAPUCHO, José Paiva. Fact Check. Bill Gates confirmou que chips foram implantados nas vacinas? **Observador**, [*s. l.*], 26 ago. 2021. Disponível em: https://observador.pt/factchecks/fact-check-bill-gates-confirmou-que-chips-foram-implantados-nas-vacinas/. Acesso em: 23 maio 2025.

CASSIANI, Suzani; SELLES, Sandra; OSTERMANN, Fernanda. Negacionismo científico e crítica à ciência: interrogações decoloniais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/WSht8HLnbbGLdBH4nFCWBJS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 maio 2025.

CASTRO, Rosana. **Economias políticas da doença e da saúde**: uma etnografia da experimentação farmacêutica. São Paulo: Hucitec, 2020.

CITADO na CPI da Covid, pênis inflável existiu e foi usado em campanha sobre HIV. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 jun. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/citado-na-cpi-da-covid-penis-inflavel-existiu-e-foi-usado-em-campanha-sobre-hiv.shtml#. Acesso em: 18 maio 2025.

COMPETE aos médicos a escolha de tratamento e medicamentos, destaca Francisco Cardoso. Brasília: Governo Federal, 2021. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/06/compete-aos-medicos-a-escolha-de-tratamento-e-medicamentos-destaca-francisco-cardoso. Acesso em: 15 maio 2025.

CONEXÃO POLÍTICA. A militância médica esquerdista por trás da pesquisa com alta dose de cloroquina em Manaus. **Conexão Política**, [*s. l.*], 17 abr. 2020. Disponível em:

https://www.conexaopolitica.com.br/ultimas/a-militancia-medica-esquerdista-por-tras-da-pesquisa-com-alta-dosagem-de-cloroquina-em-manaus/. Acesso em: 29 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). **O médico sabe como exercer a sua profissão com responsabilidade**. Sua autonomia deve ser respeitada. Brasília, 28 mar. 2021. X: @medicina_cfm. Disponível em: https://twitter.com/Medicina_CFM/status/1375963264933302275?s=20. Acesso em 13 maio 2025.

CRUZ, Elaine Patrícia. MP denuncia diretores da Prevent Senior por crimes na pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, 05 jun. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-06/mp-denuncia-diretores-da-prevent-senior-por-crimes-na-pandemia. Acesso em: 02 ago. 2025.

DIAS, Henrique Santana; DE LIMA, Luciana Dias; LOBO, Maria Stella de Castro. Do 'Mais Médicos' à pandemia de Covid-19: Duplo negacionismo na atuação da corporação médica brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 92-106, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7vqv8QtYVzyrFg6rZQMTVPg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 maio 2025.

EL DIB, Regina Paolucci. Como praticar a medicina baseada em evidências. **Jornal Vascular Brasileiro**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 1-4, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jvb/a/Dhy8TqBdZJgGcL7SwCmBK6r/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 maio 2025.

FAINZANG, Sylvie. **Médicaments et société -** Le patient, le médecin et l'ordonnance. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FELIZARDO, Nayara. "Esquerdômetro" dos médicos: site faz caça às bruxas com candidatos ao conselho regional de SP. **Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 21jul. 2023. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/07/21/esquerdometro-cremesp-site-expoe-medicos-de-esquerda-que-concorrem-a-conselho/. Acesso em: 15 maio 2025.

FERREIRA, Jaqueline. Doenças crônicas não transmissíveis e os dilemas do cuidado: a teoria da ordem negociada revisitada. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 4, e190149, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/MLYNhKvLkmpW5VhqZsyRZYm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 maio 2025.

FERREIRA, Jaqueline. Bolsonaro ou le culte de la foi negationniste. In: Christian Lehmann (org). **Tenir la ligne: Chroniques d´une pandemie**. Ed. Olivier, p. 446-458., 2022.

FERREIRA, Jaqueline.; KLUJSZA, Stephania. Mulheres, médicos, ativismo e Estado: a produção da violência obstétrica. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, v. 56, n. 1, p. 1-24, 2024. https://share.google/a7fKpc2Yax1rT8mkT. Acesso em: 15 jul. 2025.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONSECA, Cláudia.; ROHDEN, Fabíola.; MACHADO, Paula. S. (orgs.). **Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Terceiro Nomeed, 2012.

FONSECA, Cláudia; ROHDEN, Fabíola.; MACHADO, Paula. S.; SALVATTI, Heloísa (orgs.). **Antropologia da Ciência e da Tecnologia: dobras reflexivas**. Porto Alegre: Sulinaed, 2016.

FREIDSON, Eliot. **Profissão médica:** um estudo de sociologia do conhecimento aplicado. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOMES Sali Ramos; ZAMORA Maria Helena. Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. **Ciênc educ,** v.30,p.1-15**,** 2024.

HARDON, Anita; SANABRIA, Emilia. Fluid drugs: revisiting the anthropology of pharmaceuticals. **Annual Review of Anthropology**, v. 46, p. 117-132, 2017.

INFECTOLOGISTA renomado expõe divisão ideológica nos CRMs do Brasil. **Diário do Poder**, [*s. l.*], 17 ago. 2023. Disponível em: https://diariodopoder.com.br/brasil-e-regioes/lsf-brasil/infectologista-renomado-expoe-divisao-ideologica-nos-crms-do-brasil. Acesso em: 14 maio 2025.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KIND, Luciana. Máquinas e argumentos: das tecnologias de suporte da vida à definição de morte cerebral. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 13-34, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/fCQJnnqcYwMCFFLFLLw6Kzz/?format =pdf&lang=pt. Acesso em: 14 maio 2025.

KROPF, Simone. Negacionismo Científico. In: SZWAKI, José; RATTON, José L. (org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil.** Recife: Ed. Cepe, 2022.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAGO, Patricia M.; PIVA, Jefferson; GARCIA, Pedro C.; TROSTER, Eduardo; BOUSSO, Albert; SARNO, Maria O.; TORREÃO, Lara; SAPOLNIK, Roberto. Morte encefálica: condutas médicas adotadas em sete unidades de tratamento intensivo pediátrico brasileiras. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 83, n. 2, p. 133-140, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/hCrfG5bsWvY8k34PbZ64tZH/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 14 ago. 2025.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LIMA, Giacomo Lamarão; BYK, Jonas. Trauma e transfusão sanguínea precoce: o desafiante manejo de hemorragias em Testemunhas de Jeová. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, e1974, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcbc/a/xz6nYqxGyJ vmBx6f3CdQ6Jh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jul. 2025.

LISBOA, Alisson. A pandemia, o bolsonarismo e os médicos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 out. 2020. Acessível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/10/06/artigo-a-pandemia-o-bolsonarismo-e-os-medicos. Acesso em: 15 jul. 2025.

LONDON, Alex John; KIMMELMAN, Jonathan. Against pandemic research exceptionalism. **Science**, New York, v. 368, n. 6490, p. 476-477, 2020. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.abc1731. Acesso em: 14 maio 2025.

MATIAS, Maria Cláudia; VERDI, Marta; FINKLER, Mirelle; DA ROS, Marco Aurelio. O Programa Mais Médicos no contexto das estratégias de mudança da formação médica no país: reflexões e perspectivas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 115-127, 2019. https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Vf7mMLJNkMSkJ6mnj9xgdSf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jul. 2025.

MCINTYRE, Lee. **The scientific attitude**: defending science from denial, fraud and pseudoscience. Massachusets: The MIT Press, 2019.

MEDEIROS, Henrique Gonçalves Dantas de; ARAÚJO JÚNIOR, José Luiz do Amaral Corrêa de. A radicalização política à direita da categoria médica e sua adesão ao bolsonarismo de 2015 a 2018. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. v.35, n.1:e350139, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312025350139pt. Acesso em 24 mars 2026.

MÉDICOS defendem 'tratamento precoce' e cloroquina na CPI da Pandemia. **Agência Senado**, Brasília, 18 jun. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/18/medicos-defendem-tratamento-precoce-e-cloroquina-na-cpi-da-pandemia. Acesso em: 02 ago. 2025.

MEHRA, Mandeep R.; DESAI, Sapan S.; RUSCHITZKA, Frank; PATEL, Amit N. Retracted: Hydroxychloroquine or chloroquine with or without a macrolide for treatment of COVID-19: a multinational registry analysis. **The Lancet,** London, v. 22, 2020. Disponível em: https://www.thelancet.com/article/S0140-6736(20)31180-6/fulltext. Acesso em: 14 maio 2025.

MORI, Letícia. CPI da Covid: de 'pênis na Fiocruz' a cloroquina na OMS, as notícias falsas citadas na comissão. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 maio 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57249935. Acesso em: 02 ago. 2025.

NA CPI da Pandemia, Mayra Pinheiro defende uso de cloroquina e autonomia de médicos. [Brasília: Governo Federal], 2021. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo **canal TV Senado**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Kcs-4YipoxM 23/05/2021. Acesso em: 08 dez. 2025.

NICOLAV, Vanessa. Gabinete paralelo: atuação de grupos extraoficiais é marca do governo, diz analista. **Brasil de Fato**, São Paulo, 28 maio 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/05/28/gabinete-paralelo-atuacao-de-grupos-extraoficiais-e-marca-do-governo-diz-analista. Acesso em: 14 maio 2025.

OLIVEIRA, Isaac Linhares ; DE SOUZA, Matias A. C.; GUEDES, Karlla D. da S.; DA SILVA, Nara R. B.; SAMPAIO, Juliana. "O médico brasileiro sabe como tratar a Covid-19": sentidos da autonomia médica na pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, e00568187, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/XvPpS63p7pMg43xCmkQhnDq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. La Politique du terrain. **Enquête**, Marseille, 1, p. 71-109, 1995. Disponível em: https://journals.openedition.org/enquete/263. /. Acesso em: 14 ago. 2025.

ORESKES, Naomi; CONWAY, Erik. M. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from Tobacco Smoke to Global Warming. London: Bloomsbury Press, 2010.

PALHARINI, Luciana Aparecida. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 49, e174907, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/xpCQkdXRrdcQsZZST5bC99Q/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2025.

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 127-160, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/pgKPCVCCcXs8Wgtr37FkhbM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 ago. 2025.

POPPER, Karl. **Conjeturas e refutações**. Lisboa: Edições 70, 2018.

POULIOT, Chantal; GODBOUT, Julie. Thinking outside the "knowledge deficit" box: scientists could achieve more fulfilled professional lives by embracing the skills needed for effective interaction with the public. **Science & Society**, Washington, DC, v. 15, n. 8, p. 833-835, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.15252/embr.201438590. Acesso em: 02 ago. 2025.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. **Matters of care**: speculative ethics in more than human worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

QUARESMA, Flaviano Silva. **É cloroquina ou meme? Gestão da vida, pandemia e uma biografia cultural do medicamento no Twitter durante a emergência da COVID-19 no Brasil** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

QUINTANILHA, Dayanna de Oliveira. Covid-19: especialistas alertam para falhas em estudo da hidroxicloroquina. **Portal Afya**, Rio de Janeiro, 01 jun. 2020. Disponível em: https://pebmed.com.br/covid-19-especialistas-alertam-para-falhas-em-estudo-da-hidroxicloroquina/. Acesso em: 12 jul. 2025.

ROCHA, Lucas. Estudo da Prevent Senior com cloroquina é comparado a práticas nazistas nas redes. **Fórum**, Santos, 16 set. 2021. Disponível em: https://revistaforum.com.br/redes-sociais/2021/9/16/estudo-da-prevent-senior-com-cloroquina-comparado-praticas-nazistas-nas-redes-103429.html . Acesso em: 02 ago. 2025.

RUSSO, Jane; AZIZE, Rogério. Lições da Pandemia. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v.30, n.4, e300400, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300400. Acesso em 23 mars 2026

SALDANHA, Rafael. Médico que defendeu cloroquina é eleito representante do CFM em SP. **CNN Brasil**, São Paulo, 08 ago. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/medico-que-defendeu-cloroquina-e-eleito-representante-do-cfm-em-sp/. Acesso em: 14 ago. 2025.

SANCHES, Mariana. Lançada por Trump e propagandeada por Bolsonaro, hidroxicloroquina está vetada em hospitais nos EUA. **BBC News Brasil**, Washington, DC, 10 jul. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53370870. Acesso em: 02 ago. 2025.

SANTANA, Erick; VÖLZ, Luanna Gabriela. Saúde pública, justiça e cloroquina: aspectos farmaco-epidemiológicos e reflexões bioéticas da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Voluntas**, Santa Maria, v. 11, n. e25, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/43590. Acesso em: 14 ago. 2025.

SAVER, Richard S. Physicians spreading medical misinformation: the uneasy case for regulation. **Minnesota Law Review**, Minneapolis, v. 108, n. 2, 2023. Disponível em: https://scholarship.law.umn.edu/minnlrev/vol108/iss2/5/. Acesso em: 08 dez. 2025.

SCHRAIBER, Lilia B. Profesión medica: representación, trabajo y cambio. **Educación Medica y Salud**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 58-71, 1991. Disponível em: https://www.academia.edu/25464231/Profesi%C3%B3n_m%C3%A9dica_Representaci%C3%B3n_trabajo_y_cambio. Acesso em: 10 dez. 2025.

SCHRAIBER, Lilia B. O trabalho médico: questões acerca da autonomia profissional. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 57-64, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/BcnYvsb4kGfzQ5h9bVDnmbn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, Martinho; AZIZE, Rogério. L. (2020). Substâncias sob suspeita: regulações e incitações suscitadas pelo coronavírus. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v.30, n.2, e300204, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300204. Acesso em 23 mars 2026.

SILVA, Wagner Guilherme Alves. Cloroquina: um programa de Estado. **Áltera**: Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 10, p. 382-389, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/55226. Acesso em: 12 dez. 2025.

SINGH, Bhagteshwar; RYAN, Hannah; KREDO, Tamara; CHAPLIN, Marty; FLETCHER, Tom. Chloroquine or hydroxychloroquine for prevention and treatment of COVID-19. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, [*s. l.*], v. 2, n. 2, CD013587, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8094389/. Acesso em: 08 dez. 2025.

STARR, Paul. Orígenes sociales de la soberanía profesional. In: Starr Paul (org). **La transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América**. México DF: Biblioteca de la Salud/Secretaría de Salud/Fondo de Cultura Económica; 1991. p. 17-44.

SZWACO, José. **Negacionismos & extrema-direita**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2025.

UCHÔA, Severina Alice C.; CAMARGO, Kenneth Rochel. Os protocolos e a decisão médica: medicina baseada em vivências e ou evidências? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v. 15, n. 4, p. 2241-2249, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/yKch53Jt766tvnMtTtnvn7D/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 dez. 2025.

VAN DER GEEST, Sjaak; WHYTE, Susan Reynolds; HARDON, Anita. The Anthropology of Pharmaceuticals: A Biographical Approach. **Annual Review of Anthropology**, v. 25, p. 153-178, nov. 2003. Disponível em: DOI: 10.1146/annurev.anthro.25.1.153. Acesso em 25 março 2026.

ZIMERMAN, Ricardo A.; CADEGIANI, Flavio A.; PEREIRA E COSTA, Rute Alves; GOREN, Andy; DE SOUZA, Bruno Campello. Stay-At-Home Orders Are Associated With Emergence of Novel SARS-CoV-2 Variants. **Cureus**, San Francisco, v. 11, n. 13, suppl. 3, e13819, 2021. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7949745/. Acesso em: 08 dez. 2025.

Recebimento: 4/1/ 2026

Avaliação: 24/6/2026

Aceite: 10/7/2026

www.revistabrasileiradeestudoscts.com

**Essa publicação é exclusiva da Rev. Bras. Est. CTS.
A tradução e a revisão dos textos submetidos
são de inteira responsabilidade dos autores e co-autores.**

Revista Brasileira de Estudos CTS

Mantenedora

ESOCITE.BR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS SOCIAIS DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.